

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.583 - RN (2016/0318682-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MARIA DA APPARECIDA MARQUES
ADVOGADO : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO E OUTRO(S) - RN005291
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. CONFIGURAÇÃO DA COISA JULGADA. DEMANDA EXTINTA SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente firmado no sentido de que "a modificação da conclusão do julgado do Tribunal de origem – que entendeu configurada a litispendência e coisa julgada – exige a análise minuciosa dos elementos configuradores da litispendência entre ações (identidade de partes, de causa de pedir e do pedido), o que demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, uma vez que o conteúdo dos provimentos judiciais ordinários não nos permitem conhecer todas as características dessas ações. Incidência da Súmula 7/STJ." (REsp 1.347.280/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 17/12/2013, DJe 7/2/2014).

2. No caso, o Tribunal *a quo*, soberano na análise do material cognitivo produzido nos autos, concluiu que "a parte autora, em verdade, sob o pretexto de direito à irredutibilidade de vencimentos, pretende rediscutir a matéria e desconstituir o que já restara definitivamente resolvido em decisão judicial transitada em julgado". Nesse contexto, a inversão do julgado exigiria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, conforme teor do Enunciado Sumular n. 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

